

REUNIÃO A.GERAL DO IPCG 29.01.2010

Senhores Associados

1. Está esta Direcção prestes a completar 3 anos de actividade sendo a próxima Assembleia Geral Ordinária electiva para os órgãos sociais que irão governar o IPCG no próximo mandato.
2. Foi nos dada prioridade, para, neste mandato, proceder á elaboração de um “Código de Bom Governo das Sociedades”. Esse Código deveria ser uma manifestação de auto-regulação, tendo como ponto de partida o Livro Branco publicado no mandato anterior, e elaborado sob a Direcção do Dr. Artur Santos Silva, e com a participação do Dr. António Vitorino e do Dr. Arriaga da Cunha, para além de outras personalidades (Prof. Carlos Alves; Dr. Manuel Alves Monteiro, etc.). Era um documento exaustivo e exigente muito aplaudido e consagrado por esta Instituição.
3. Quando aceitámos esse mandato definimos a nós próprios um posicionamento estratégico que foi debatido e aprovado no Conselho Geral. A saber:
 - O documento deveria ser **exigente** na sua ambição, dignificando a Sociedade Civil na sua afirmação de auto regulação;
 - O documento deveria ser **conceptual**, associando cada uma das recomendações a princípios claros de Bom Governo;
 - O documento deveria merecer **um apoio alargado**, nomeadamente das empresas a que se destinava, sem o que não teria o efeito mobilizador necessário para se afirmar. Isto sem se transformar numa representação de interesses corporativos, os quais nem sempre coincidem com as regras de Bom Governo.
4. Aprovado este posicionamento pelo Conselho Geral do IPCG, a Direcção decidiu convidar o Dr. Rui Vilar, por razões que me parecem óbvias, para liderar a Comissão de trabalho, que seria organizada e dotada dos meios que ele considerasse necessários.
5. Foi um trabalho extenso e profundo, que começou por uma análise comparativa dos Códigos de diferentes Países (trabalho de grande interesse que poderia ser publicado no futuro), a qual serviu de base ao desenho e perfil que se apontou para o nosso projecto.

6. Passada esta etapa, a Comissão de Trabalho passou á fase de redacção, até se chegar no final de 2008 a uma 1ª. versão do documento.
7. Essa 1ª. versão do documento foi apresentada ao Conselho Geral e Assembleia Geral de Fevereiro do ano passado (há quase um ano portanto).

Foi então apresentado o conceito e conteúdo, a metodologia e calendário do período de discussão que apontava para chegara uma versão final em Junho de 2009 (há cerca de 7 meses). De uma forma geral houve uma consagração então destas propostas.

Eu, (e aqui falo em meu nome pessoal), não me apercebi que houvesse alguma divergência de fundo quer quanto ao conceito, quer quanto á metodologia, quer quanto ao calendário. Se havia, e agora sou levado a concluir que sim, então é minha a responsabilidade de não ter sabido ler esses sinais.

8. A 30 de Março fizemos uma sessão de trabalho destinada exclusivamente a Associados. Estiveram 40 pessoas, representando Sociedades cotadas e Sócios individuais.

O debate foi vivo. E a conclusão então, da Sala, foi que o projecto tinha de reforçar a sua ambição.

9. Desde essa data e até ao final de Novembro do ano passado, 8 meses (ou 7 se excluirmos Agosto), realizámos 3 Sessões abertas, com cerca de 260 participantes. Tivemos 3.200 downloads do documento. Tivemos 41 contributos escritos (de organizações tão diversas quanto as principais Sociedades cotadas à UGT). E introduzimos no documento inicial 586 modificações para procurar corresponder a sugestões de associados (essencialmente) sem desvirtuar o conceito do documento.
10. Em Novembro levámos o documento ao Conselho Geral que o analisou e criticou, quer por cedências na exigência, quer no sentido contrário, tendo havido um consenso quanto a um conjunto de correcções a introduzir e que constam deste documento final.
11. No entanto falhámos no cumprimento de um dos 3 objectivos que tínhamos fixado a nós próprios: obter um apoio alargado por parte das empresas a quem o Código se destinava.

E aqui a responsabilidade foi essencialmente minha. Não por ter ignorado as sugestões que se intensificaram a partir de Junho (data em que o documento deveria estar já encerrado). Mas por ter tentado incorporá-las (e muitas como seria de esperar eram legítimas!) num documento que, como se tinha planeado, estava já numa versão próxima da final.

12. Fazendo agora uma reflexão pessoal, admito que teria sido preferível então ter confrontado conceitos. Porque afinal a divergência não era só de conteúdo. Era de conceitos e metodologia.
13. Após o Conselho Geral, reservamos uma 1ª. data para a Assembleia Geral em Dezembro, que adiámos para hoje para permitir a publicação da nova versão do Código da CMVM e sua análise.
14. Anteontem, dia 27, fui solicitado para participar numa reunião com 6 empresas do PSI 20: o BCP; o BES; a Mota & Companhia; a Portugal Telecom; a Zon; o Dr. Vasco de Mello (associado em nome individual); e o Dr. Luís Palha da Silva (associado em nome individual), sendo que a EDP não estava presente mas tinha participado nas conclusões deste importante grupo de empresas do PSI 20.
15. Em síntese fui informado que o grupo não se revia na metodologia; no conceito e no conteúdo do documento que ia hoje ser apresentado (situação que lamento, mas é legítima), e solicitava o adiamento desta Assembleia Geral.
16. A partir daqui tornou-se óbvio para a Direcção que tínhamos falhado no 3º objectivo, como atrás referido. **Este documento não estava em condições pois de prosseguir nesta sua versão porque não só não merecia adesão, como seria até factor de divisão.**
17. Debatesmos o tema entre nós e com o Presidente do Conselho Geral. E consultamos o Presidente da Assembleia Geral.

Decidimos **não adiar esta Assembleia**. Porque tínhamos que prestar contas a **todos** os Associados; porque nada se ganhava em adiar quando a avaliação negativa não era nos detalhes, mas na sua essência, (e até porque tínhamos dúvidas na legalidade em desconvocar esta Assembleia).

18. **Achamos que devíamos dar esta explicação; retirar o documento da agenda e reenviá-lo ao Conselho Geral, porque não cumpre os objectivos que fixámos a nós próprios (e peço desculpa por isso); anunciar que passamos de imediato a gestão corrente, com o compromisso de rapidamente encerrar as contas e permitir uma rápida Assembleia Geral electiva, permitindo que a nova equipa de Governo do Instituto (donde obviamente nos excluimos á partida) possa desenvolver o processo na direcção que então se considere mais conveniente.**

Sem qualquer drama ou mágoa pessoal (a não ser a de não ter cumprido), porque todos temos experiência que situações destas acontecem e acabam

por ser resolvidas sempre para enriquecimento e maior maturidade das organizações.

Desta nossa posição demos conhecimento ao elemento de contacto do grupo das 7 empresas, ontem ao fim da manhã.

19. Inesperadamente, ontem ao fim da tarde recebemos cartas do BCP; BES; Mota & Companhia; Portugal Telecom; Zon e Dr. Vasco de Mello (e dos responsáveis destas organizações que eram sócios individuais), confirmando a avaliação negativa do documento e da metodologia, e a autodesvincularem-se do IPCG por não termos adiado a Assembleia Geral. A EDP; a REN e o Dr. Luís Palha da Silva, também escreveram a informar não participar nesta AG pelos mesmos motivos, e a condicionar a sua posição futura em relação ao IPCG.

20. Não era necessário!

Mas estamos crentes que será uma posição revisível e reversível face ao desenlace desta AG e á próxima Convocatória de uma AG para aprovar as Contas e eleger novos órgãos sociais que terão condições para continuar a projectar o IPCG, cuja integridade todos temos a obrigação de salvaguardar.

Termino Srs. Associados com um agradecimento especial ao Dr. Rui Vilar; ao Dr. Arriaga da Cunha; aos meus Colegas, e a todos os Associados. Sem excepção!

Sr. Presidente da Mesa, considere por favor o documento retirado, não havendo assim nada para discutir e votar.

29 de Janeiro de 2010

João Talone